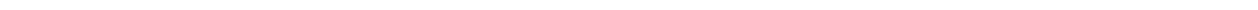




**Energisa Paraíba | Resultados de 2013**

**Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A**

**Relatório da Administração e  
Demonstrações Financeiras de 2013**



João Pessoa, 18 de março de 2014 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2013, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 14 de março de 2014.

## 1 - Considerações gerais

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a **1,26 milhão de clientes** e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba.

A Energisa na Paraíba teve, em 2013 um ano de realizações, conquistas e reconhecimento, em âmbito nacional, ao conquistar três prêmios (**Qualidade da Gestão, Gestão Econômico-Financeira e Evolução do Desempenho**), em certame promovido pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), o que lhe conferiu colocar-se em quinto lugar (décimo primeiro em 2012) entre as distribuidoras de energia elétrica com mais de dois milhões de clientes. O feito se deve à agilidade estrutural e à descentralização das operações implementadas na Companhia que propiciaram a realização de investimentos e ações operacionais voltados para o atendimento pleno à crescente demanda de energia e para a melhoria da qualidade da energia fornecida aos seus clientes.

Também, em 2013, a Energisa Paraíba conquistou: i) o **Selo Energia Sustentável**, na categoria ouro, instituído pelo Instituto Acende Brasil, que avaliou as diversas ações de responsabilidade ambiental empreendidas pela Companhia, com reconhecido destaque para a construção do Núcleo Regional de Patos, o primeiro prédio com certificação ambiental no sertão nordestino; ii) o **Prêmio ANEFAC**, que avalia a visibilidade da empresa perante o mercado e a população, após rigorosa análise independente das suas demonstrações financeiras, promovida pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade; e a **Medalha Eloy Chaves**, em certame promovido pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE). Pela primeira vez na história da Companhia, essa medalha foi conferida à Companhia, na categoria bronze, em reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos na área de segurança e higiene do trabalho que registraram índices de significativa relevância.

## 2 - Investimentos

Os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 142,1 milhões, em 2013, com o foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, o atendimento pleno ao crescimento do consumo e novas ligações, especialmente na região leste/litoral do Estado que exigiu um maior número de obras e intervenções, com destaque àquelas realizadas em Guarabira, Cabedelo, Rio Tinto e Conde, bem como Patos no oeste do estado. Entre essas obras incluem a construção das Linhas em 69 kV Pilões/Guarabira, Bessa/Cabedelo e Mussurú/Caxitu, totalizando 53 km de extensão, a construção da subestação Rio Tinto, a ampliação da subestação Jatobá, além de reformas e melhorias em diversas subestações em todo o estado.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos ativos operacionais da Energisa Paraíba no ano:

Descrição do ativo	Dez / 2013	Dez / 2012	Acréscimo (%) 2013/2012
Subestações - nº	61	61	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.106	1.096	0,9
Alimentadores - nº	278	278	-
Postes de Rede de Distribuição- nº	944.910	926.531	1,98
Linhas de transmissão - km	2.197	2.138	2,76
Redes de distribuição (próprias) - km	72.062	68.255	5,58
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	52.764	51.848	1,77
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.220	1.152	5,90

### 3 - Desempenho econômico-financeiros

#### 3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2013:

Descrição	2013	2012 (Ajustado)	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	1.525,9	1.731,1	- 11,8
Receita Operacional Líquida	1.095,1	1.229,3	- 10,9
Receita Operacional Líquida, sem Receita de Construção	961,4	1.033,6	- 7,0
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	182,7	268,6	- 32,0
EBITDA	229,5	308,7	- 25,7
EBITDA Ajustado (EBITDA mais Acréscimos Moratórios de Contas de Energia)	249,9	329,5	- 24,2
Resultado Financeiro	(36,9)	(15,5)	+ 138,1
Lucro Líquido	133,9	209,5	- 36,1
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	1.533,2	1.478,5	+ 3,7
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	194,1	184,3	+ 5,3
Patrimônio Líquido	613,1	556,9	+ 10,1
Endividamento Líquido	479,3	420,2	+ 14,1
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.264,8	1.217,5	+ 3,9
Vendas de Energia a Consumidores Cativos (GWh)	3.520,7	3.400,8	+ 3,5
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	4.197,9	4.050,3	+ 3,6
<b>Indicadores Relativos</b>			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	22,8	26,8	- 4,0 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado (vezes)	1,9	1,3	+ 46,2

#### 3.2 - Ambiente regulatório - revisão tarifária

Em 30 de janeiro de 2013, através do Decreto nº 7.891, as tarifas de energia elétrica no país sofreram um decréscimo médio de 20% em face da redução de encargos setoriais e condições impostas na renovação das concessões de determinadas geradoras. Posteriormente, a Energisa Paraíba passou pelo 3º Ciclo de Revisão Tarifária. A revisão tarifária teve como efeito uma redução média percebida pelos consumidores de 3,02%, a partir de 28 de agosto, sendo que para os consumidores residenciais houve uma redução de 2,59% e para os industriais uma queda de 4,03%.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2013, foi repassado o montante de R\$ 62,0 milhões para a Energisa Paraíba. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 40,8 milhões para a Companhia. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

#### 3.3 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2013, a Energisa Paraíba registrou lucro líquido de R\$ 133,9 milhões, ante os R\$ 209,5 milhões registrados em 2012. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 249,9 milhões em 2013, contra os R\$ 329,9 milhões apurados no ano anterior, queda de 24,2%, decorrente, em grande parte, da redução das tarifas de energia elétrica.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	2013	2012 (Ajustado)	Var. %
(=) Lucro Líquido	133,9	209,5	- 36,1
(-) Contribuição social e imposto de renda	(11,9)	(43,6)	- 72,7
(-) Resultado financeiro	(36,9)	(15,5)	+ 138,1
(-) Depreciação e amortização	(46,8)	(40,4)	+ 15,8
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>229,5</b>	<b>309,0</b>	<b>- 25,7</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	20,4	20,9	- 2,4
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>249,9</b>	<b>329,9</b>	<b>- 24,2</b>
Margem do EBITDA Ajustado	22,8	26,8	- 4,0 p.p

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2013, a Companhia já distribuiu dividendos intercalares à conta do exercício no valor de R\$ 84,8 milhões, pagos a partir de:

- i) 17 de junho de 2013, correspondentes a R\$ 42,1 milhões (R\$ 45,90858216 por ação);
- ii) 20 de agosto de 2013, no montante de R\$ 16,7 milhões (R\$ 18,15122999 por ação); e
- iii) 30 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 26,0 milhões (R\$ 28,31750457 por ação).

Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 6,8 milhões (R\$ 7,418088688 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício, no valor de R\$ 91,6 milhões, representam 68,4% do lucro líquido apurado pela Companhia.

### 3.4 - Despesas operacionais

Em 2013, as despesas operacionais totalizaram R\$ 912,4 milhões, redução de 5,0% (R\$ 48,3 milhões) em relação a 2012. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) reduziram 1,2% (R\$ 2,4 milhões), para R\$ 202,9 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram redução de 4,1% (R\$ 20,8 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2013	2012	Varição em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	202,9	205,3	- 2,4
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	110,3	108,8	+ 1,5
1.2 Material	12,6	12,8	- 0,2
1.3 Serviços de terceiros	80,0	83,7	- 3,7
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	491,5	512,3	- 20,8
3 - Depreciação e amortização	46,8	40,4	+ 6,4
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	7,5	(17,0)	+ 24,5
5 - Outras despesas/receitas	30,0	24,0	+ 6,0
<b>Subtotal</b>	<b>778,7</b>	<b>765,0</b>	<b>+ 13,7</b>
6 - Custo de construção	133,7	195,7	- 62,0
<b>Total</b>	<b>912,4</b>	<b>960,7</b>	<b>- 48,3</b>

#### 4 - Desempenho operacional

O salto de qualidade da Companhia na gestão dos seus serviços se faz claro e robusto através da tendência positiva dos diversos indicadores pertinentes. Esse desempenho também evidencia a posição dos indicadores de satisfação junto aos consumidores.

**4.1 - Gestão das perdas de energia:** o ano foi marcado mais uma vez por excelentes resultados no combate às perdas totais de energia elétrica, que foram reduzidas ao nível recorde de 11,78%, um patamar nunca antes registrado na história de Companhia.

**4.2 - Gestão da inadimplência:** o índice de inadimplência foi severamente afetado pela inadimplência dos serviços de abastecimento de água no Estado, tendo se situado em 3,21% (1,95% em 2012), o mesmo ocorrendo com o número de faturamentos mensais (pendente) que passou de 1,26 para 1,35.

**4.3 - DEC e FEC:** a redução do indicador de continuidade (FEC) para 10,69, em 2013, é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema. O DEC de 20,18 (18,34 em 2012) reflete a estação chuvosa verificada, embora tenha ficado aquém do limite estabelecido pelo órgão regulador (ANEEL).

Indicadores operacionais	2013	2012	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	11,78	12,60	- 0,82 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	3,21	1,95	+ 64,6
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	1,35	1,26	+ 7,1
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	82,15	78,80	+ 4,3
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	60,31	68,88	- 12,4
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	20,18	18,34	+ 10,0
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	10,69	11,09	- 3,6

**4.4 - Mercado de energia:** em 2013, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 4.119,9 GWh, incremento de 6,4% em relação a 2012. O consumo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 10,5% no ano. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 3,3% em 2013. A energia total distribuída em 2013 foi de 4.197,9 GWh, ante os 4.050,3 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

#### Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2013	2012	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	3.520,7	3.400,8	+ 3,5
✓ Residencial	1.433,8	1.297,6	+ 10,5
✓ Industrial	508,8	600,0	- 15,2
✓ Comercial	636,7	594,0	+ 7,2
✓ Rural	271,3	267,6	+ 1,4
✓ Outras Classes	670,1	641,6	+ 4,4
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	599,2	473,0	+ 26,7
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	4.119,9	3.873,8	+ 6,4
4) Suprimento de energia e não faturado	78,0	176,5	- 55,8
5) Energia Total Distribuída (3+4)	4.197,7	4.050,3	+ 3,6

A Energisa Paraíba encerrou o ano com 1.264.817 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,9% superior à registrada no fim de 2012. Já o número de consumidores livres totalizou 21 no fim de 2013.

---

## 5 - Liquidação dos Notes Units

---

A Energisa Paraíba efetivou, em 19 de julho de 2013, a liquidação da emissão dos “bonds” de prazo de 7 anos em dólares norte-americanos, denominados “Notes Units”, no montante de R\$ 137,1 milhões (US\$ 57,8 milhões).

---

## 6 - Gestão de pessoas

---

Para atender às suas necessidades operacionais, especialmente a melhoria da qualidade dos produtos e serviços que oferece, a Energisa Paraíba registrou, em 2013, um total de 216.718 homens-hora treinados, correspondentes a 106,7 horas de treinamento/colaborador. O sistema de Educação a Distância (EAD) representou 63% do programa de treinamento da empresa.

A Energisa Paraíba deu continuidade ao programa estruturado de **Geração de Talentos**, com a seleção de cinco *trainees*, que, durante 2014, vão conhecer as diversas áreas da empresa, seus processos e atividades, visando oxigenar seu quadro técnico, mantendo-o capacitado para acompanhar a evolução da gestão da empresa e das tecnologias do setor.

As práticas bem sucedidas dos anos anteriores foram mantidas e reforçadas, destacadamente: o **Projeto Bússola**, que levou as metas e diretrizes da empresa a 100% dos colaboradores; **Programa de Boas Vindas**, que contempla uma reunião dos Diretores com os colaboradores recém-admitidos; **Reuniões das Gerencias com os acidentados**; **Ginástica laboral** e o **Programa e-nova**, um incentivo às ideias e inovações dos colaboradores, todos eles visando maior integração, eficiência operacional, segurança no trabalho e comprometimento com a estratégia da empresa e seus resultados.

As práticas de gestão de pessoas na empresa também se fizeram visíveis, sendo de se ressaltar a prática do **recrutamento interno**, os **programas de desenvolvimento**, **avaliação de desempenho** e **assessment das potenciais lideranças no processo de sucessão**, que, em essência, propiciaram o atendimento pleno a todas as necessidades de recursos humanos, nos diversos níveis, de forma a manter a plenitude das suas atividades operacionais.

---

## 7 - Responsabilidade socioambiental

---

Em 2013, a Energisa Paraíba deu continuidade às atividades nas áreas de cultura e responsabilidade socioambiental, destacadamente com a **Usina Cultural Energisa**, um dos equipamentos culturais mais representativos da Paraíba, que conta com uma galeria para de artes plásticas (9 exposições em 2013), exposições e lançamentos de livros no hall de entrada do Espaço Energia (16 eventos em 2013) sala de áudio visual e apresentações de música, dança, cinema e teatro (81 eventos em 2013).

Doze edições da **Nova Feira** - atividade para trocar e consumir informação e cultura de qualidade -, foram realizadas em 2013.

O projeto **Arte na Empresa** promoveu 24 exposições de artistas paraibanos (12 na sede de João Pessoa e 12 no Núcleo de Patos), visando disseminar a arte e estabelecer uma aproximação maior entre os artistas do estado, os visitantes e os colaboradores da empresa.

O **Espaço Energia**, também instalado na Usina Cultural, é voltado para a difusão do conhecimento histórico-científico e, de modo particular, para a conscientização sobre a importância da eletricidade e seu uso racional e eficiente. Em 2013, visitaram o Espaço Energia 28.375 pessoas (contingente 5,4% maior que em 2012), incluídos os visitantes ao Espaço Energia de Sousa, também concebido com as mesmas finalidades do Espaço de João Pessoa.

Deu-se, em 2013, continuidade ao **Balcão de Livros**, um projeto lançado em 2011 para estimular o hábito da leitura e ampliar o conhecimento, através dos postos e agências de atendimento,

disponibilizando aos clientes da empresa o acesso a obras destacadas da literatura universal, especialmente aquelas da língua portuguesa.

Criado em 2005 pela Energisa Paraíba e inserido no Programa de Eficiência Energética da Aneel/Procel, o **Projeto Comunidades** atingiu, em 2013, um total de 36.774 famílias (12.872 em 2012), permitindo a presença das unidades móveis do Programa em 142 cidades da Paraíba (76 em 2012) que distribuíram 1.739 geladeiras e 46.233 lâmpadas eficientes. Esse programa, que contemplou a realização de 1.074 palestras em 2013, tem como objetivo levar às comunidades carentes orientações sobre cuidados, segurança e uso eficiente da energia elétrica, bem como instruções sobre aspectos de ordem social, além de facilitar aos clientes maior aproximação e melhor relacionamento com a empresa.

Destaque-se, ainda, entre as realizações de 2013: i) a continuidade do projeto **Bem da Gente**, que visa a geração de renda na comunidade Muçumagro via implantação de negócios autossustentáveis norteados pelos valores da comunidade, tendo sido capacitados 57 empreendedores, e ii) a presença do projeto **Conta Cidadã** em seis cidades da área de concessão, permitindo a troca 351 toneladas de lixo reciclável por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem.

### 8 - Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba em 2013 foi de R\$ 937 mil, sendo i) R\$ 284 mil pela revisão das demonstrações financeiras; ii) R\$ 39 mil por serviços de procedimentos pré-acordados com a Aneel para os Programas de “Eficiência Energética” e “Luz para Todos”, e iii) R\$ 614 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.



## Demonstrações Financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012	1/1/2012
			(Ajustado)	(Ajustado)
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	5	50.315	67.646	62.753
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	96.049	77.416	40.504
Consumidores e concessionárias	6	151.382	190.091	167.014
Títulos de créditos a receber	7	33.152	47.449	53.955
Estoques		4.263	6.363	4.592
Impostos a recuperar	10	50.471	38.375	30.621
Despesas pagas antecipadamente		4.985	4.423	4.537
Baixa renda e outros créditos	11	33.483	30.378	20.488
<b>Total do circulante</b>		<b>424.100</b>	<b>462.141</b>	<b>384.464</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	47.747	39.281	5.735
Títulos de créditos a receber	7	28.840	42.281	63.992
Impostos a recuperar	10	26.190	23.884	26.106
Créditos tributários	13	124.132	112.804	116.118
Cauções e depósitos vinculados	20	22.610	25.686	25.883
Instrumentos financeiros derivativos	28	15.685	6.212	2.649
Contas a receber da concessão	14	225.555	147.049	30.777
Outros		3.334	1.551	1.550
		<b>494.093</b>	<b>398.748</b>	<b>272.810</b>
Investimentos		97	93	73
Intangível	15	609.184	607.566	606.784
Imobilizado	15	13.511	9.907	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.116.885</b>	<b>1.016.314</b>	<b>879.667</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.540.985</b>	<b>1.478.455</b>	<b>1.264.131</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012	1/1/2012
			(Ajustado)	(Ajustado)
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	16	90.153	109.165	63.767
Encargos de dívidas	17	2.269	7.732	6.766
Empréstimos e financiamentos	17	43.719	156.738	40.649
Debentures	18	80.029	136	426
Folha de pagamento		3.927	1.709	1.523
Tributos e contribuições sociais	19	46.354	50.235	50.532
Dividendos	21.5	16.000	35.391	417
Obrigações estimadas		8.036	6.955	6.722
Encargos do consumidor a recolher		206	5.538	11.549
Taxa de iluminação pública arrecadada		3.686	4.239	3.752
Benefícios a empregados - plano de pensão	29	8.037	12.532	6.698
Obrigações Intra-setoriais		23.662	20.141	14.961
Outras contas a pagar		15.307	29.244	10.147
<b>Total do circulante</b>		<b>341.385</b>	<b>439.755</b>	<b>217.909</b>
<b>Não circulante</b>				
Fornecedores	16	2.646	2.572	2.371
Empréstimos e financiamentos	17	485.747	312.370	328.009
Debentures	18	-	64.312	79.567
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	6.409
Tributos e contribuições sociais	19	20.419	14.041	9.603
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	20	37.604	37.020	38.200
Benefícios a empregados - plano de pensão	29	53.644	50.746	35.412
Outros		1.454	782	332
<b>Total do não circulante</b>		<b>601.514</b>	<b>481.843</b>	<b>499.903</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	21.1	425.805	386.516	363.573
Ações em tesouraria	21.1	-	(538)	(538)
Reservas de capital	21.2	97.002	97.540	97.540
Reservas de lucros	21.3 e 21.4	86.829	83.802	56.968
Dividendos adicionais propostos	21.5	6.996	9.479	38.683
Lucros acumulados		-	185	-
Outros resultados abrangentes		(18.546)	(20.127)	(9.907)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>598.086</b>	<b>556.857</b>	<b>546.319</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.540.985</b>	<b>1.478.455</b>	<b>1.264.131</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstração do Resultado

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2013	2012
			(Ajustado)
Receita operacional líquida	22	1.095.114	1.229.297
Custo do serviço de energia elétrica	23	(721.576)	(802.119)
<b>Lucro bruto</b>		<b>373.538</b>	<b>427.178</b>
Despesas com vendas	23	(71.486)	(48.772)
Despesas gerais e administrativas	23	(113.094)	(102.833)
Outras receitas	24	7.592	6.129
Outras despesas	24	(13.821)	(13.104)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>		<b>182.729</b>	<b>268.598</b>
Receita financeira	25	57.849	51.392
Despesas financeiras	25	(94.755)	(66.905)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(36.906)</b>	<b>(15.513)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>145.823</b>	<b>253.085</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(29.190)	(45.988)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	17.311	2.432
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>133.944</b>	<b>209.529</b>
<b>Lucro básico e diluído ação ordinária e preferencial - R\$</b>		<b>145,88</b>	<b>228,21</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Em milhares de reais)

	2013	2012
		(Ajustado)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>133.944</b>	<b>209.529</b>
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	1.581	(10.220)
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>	<b>135.525</b>	<b>199.309</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

**ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
			(Ajustado)
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		145.823	253.085
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		78.233	69.776
Depreciação e amortização	23	46.785	40.363
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23	8.762	(13.762)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	(1.285)	(3.280)
Marcação a mercado de derivativos	25	25.671	(1.155)
Instrumentos financeiros derivativos	25	(39.933)	(8.023)
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	25	(5.447)	(15.770)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	24	6.229	6.975
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias		33.113	(23.884)
Diminuição (aumento) de títulos de créditos a receber		24.178	25.763
Diminuição (aumento) de estoques		2.100	(1.771)
(Aumento) de impostos a recuperar		(14.402)	(5.532)
Diminuição de cauções e depósitos vinculados		3.076	197
(Aumento) diminuição de despesas pagas antecipadamente		(562)	114
(Aumento) de outros créditos		(14.408)	(16.308)
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
(Diminuição) aumento de fornecedores		(16.097)	33.481
Aumento de folha de pagamento		2.218	186
Aumento de tributos e contribuições sociais		8.272	8.656
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.241)	(39.493)
Aumento de obrigações Estimadas		1.081	233
(Diminuição) de encargos do consumidor a recolher		(5.332)	(6.011)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(18.055)	30.895
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>248.779</b>	<b>334.735</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Outros investimentos		(4)	(21)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(316.571)	(95.688)
Resgate de aplicações financeiras		305.579	29.317
Aplicações no intangível e imobilizado	15 e 33	(114.122)	(132.533)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	24	7.592	6.129
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(117.526)</b>	<b>(192.796)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	17, 18 e 33	179.493	117.841
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	17 e 18	(172.339)	(58.391)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	17 e 18	(46.841)	(41.904)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		4.790	(795)
Pagamentos de dividendos	21.5	(113.687)	(153.797)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>		<b>(148.584)</b>	<b>(137.046)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(17.331)</b>	<b>4.893</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		67.646	62.753
Caixa mais equivalentes de caixa finais		50.315	67.646
<b>Varição líquida do caixa</b>		<b>(17.331)</b>	<b>4.893</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 6. Demonstração do Valor Adicionado

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
			(Ajustado)
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
<b>Receitas</b>			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		1.392.211	1.535.421
Outros resultados	24	7.592	6.311
Receitas relativas a construção de ativos próprios	22 e 25	137.166	195.670
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	23	(8.762)	13.762
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo da energia elétrica vendida		537.357	558.627
Materiais e serviços de terceiros		95.530	99.364
Outros custos operacionais		168.086	220.976
		<b>800.973</b>	<b>878.967</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>727.234</b>	<b>872.197</b>
Amortização e depreciação	23	46.785	40.363
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>680.449</b>	<b>831.834</b>
<b>Valor adicionado recebido em transfêrencia</b>			
Receitas financeiras	25	57.849	51.392
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>738.298</b>	<b>883.226</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		70.077	72.735
Benefícios		20.276	18.364
FGTS		5.203	4.989
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		106.148	146.661
Estaduais		287.726	289.139
Municipais		487	430
Obrigações Intra-setoriais		14.362	72.713
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros	25	98.216	66.905
Aluguéis		1.859	1.761
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Dividendos	21.5	84.817	150.505
Dividendos adicionais propostos	21.5	6.996	9.479
Reserva Legal	21.4	6.697	10.488
Reserva de redução de imposto de renda	21.2	35.619	39.289
Lucros acumulados	21.6	(185)	185
Dividendos prescritos de exercicios anteriores		-	(417)
		<b>738.298</b>	<b>883.226</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital			Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Subtotal	Outros resultados abrangentes	Total
			Remuneração das imobilizações sem curso	Reserva especial de ágio	Outras Reservas de Capital	Reserva legal	Redução de imposto de renda					
Saldos em 01 de janeiro de 2012 - ajustado	363.573	(538)	2.995	94.078	467	34.025	22.943	38.683	-	556.226	(9.907)	546.319
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(38.683)	-	(38.683)	-	(38.683)
Aumento de capital conforme AGO & AGE de 25/04/2012	22.943	-	-	-	-	-	(22.943)	-	-	-	-	-
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	417	417	-	417
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.220)	(10.220)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	209.529	209.529	-	209.529
Proposta de destinação do Lucro Líquido:												
Reserva Legal	21.4	-	-	-	-	10.488	-	-	(10.488)	-	-	-
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	21.2	-	-	-	-	-	39.289	-	(39.289)	-	-	-
Dividendos	21.5	-	-	-	-	-	-	-	(150.505)	(150.505)	-	(150.505)
Dividendos adicionais propostos	21.5	-	-	-	-	-	-	9.479	(9.479)	-	-	-
<b>Saldos em 31 dezembro de 2012 - ajustado</b>	<b>386.516</b>	<b>(538)</b>	<b>2.995</b>	<b>94.078</b>	<b>467</b>	<b>44.513</b>	<b>39.289</b>	<b>9.479</b>	<b>185</b>	<b>576.984</b>	<b>(20.127)</b>	<b>556.857</b>
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(9.479)	-	(9.479)	-	(9.479)
Aumento de capital e cancelamento de ações conforme AGO e AGE de 24/04/2013	21.1	39.289	538	(538)	-	-	(39.289)	-	-	-	-	-
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.581	1.581
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	133.944	133.944	-	133.944
Proposta de destinação do Lucro Líquido:												
Reserva Legal	21.4	-	-	-	-	6.697	-	-	(6.697)	-	-	-
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Sudene 197/2012	21.2	-	-	-	-	-	35.619	-	(35.619)	-	-	-
Dividendos	21.5	-	-	-	-	-	-	-	(84.817)	(84.817)	-	(84.817)
Dividendos adicionais propostos	21.5	-	-	-	-	-	-	6.996	(6.996)	-	-	-
<b>Saldos em 31 dezembro de 2013</b>	<b>425.805</b>	<b>-</b>	<b>2.457</b>	<b>94.078</b>	<b>467</b>	<b>51.210</b>	<b>35.619</b>	<b>6.996</b>	<b>-</b>	<b>616.632</b>	<b>(18.546)</b>	<b>598.086</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2013						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2013 Valor			2012 Valor		
Receita líquida (RL)	1.095.114			1.229.297		
Resultado operacional (RO)	145.823			253.085		
Folha de pagamento bruta (FPB)	88.948			82.446		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	15.137	17,02%	1,38%	14.030	17,02%	1,14%
Encargos sociais compulsórios	19.896	22,37%	1,82%	18.227	22,11%	1,48%
Previdência privada	7.482	8,41%	0,68%	7.430	9,01%	0,60%
Saúde	2.737	3,08%	0,25%	2.367	2,87%	0,19%
Segurança e saúde no trabalho	259	0,29%	0,02%	195	0,24%	0,02%
Educação	504	0,57%	0,05%	441	0,53%	0,04%
Cultura	11	0,01%	0,00%	21	0,03%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.136	1,28%	0,10%	1.183	1,43%	0,10%
Creches ou auxílio-creche	124	0,14%	0,01%	111	0,13%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	8.483	9,54%	0,77%	6.744	8,18%	0,55%
Outros	2.296	2,58%	0,21%	2.077	2,52%	0,17%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>58.065</b>	<b>65,28%</b>	<b>5,30%</b>	<b>52.826</b>	<b>64,07%</b>	<b>4,30%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	211	0,14%	0,02%	273	0,11%	0,02%
Cultura	2.109	1,45%	0,19%	1.880	0,74%	0,15%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	240	0,16%	0,02%	194	0,08%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.423	0,98%	0,13%	1.511	0,60%	0,12%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>3.983</b>	<b>2,73%</b>	<b>0,36%</b>	<b>3.858</b>	<b>1,52%</b>	<b>0,31%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	374.465	256,79%	34,19%	418.003	165,16%	34,00%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>378.448</b>	<b>259,53%</b>	<b>34,56%</b>	<b>421.861</b>	<b>166,69%</b>	<b>34,32%</b>
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	77	0,05%	0,01%	172	0,07%	0,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	14	0,01%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>77</b>	<b>0,05%</b>	<b>0,01%</b>	<b>186</b>	<b>0,07%</b>	<b>0,02%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 51a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013		2012			
Nº de empregados(as) ao final do período	2.020		2.116			
Nº de admissões durante o período	171		223			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	864		1.006			
Nº de estagiários(as)	73		82			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	270		277			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	304		338			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	22,85%		32,14%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	916		901			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	28,57%		14,29%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	109		106			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013		Metas 2014			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	24,36		24,36			
Número total de acidentes de trabalho	66		65			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(x) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 28.41	no Procon 486	na Justiça 2.43	na empresa 32.938	no Procon 482	na Justiça 2208
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 97,2%	no Procon 57,8%	na Justiça 26,4%	na empresa 100%	no Procon 56%	na Justiça 24%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2013: 738.298</b>			<b>Em 2012: 883.226</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	55% governo 12% acionistas	13% colaboradores(as) 14% terceiros 6% retido		58% governo 16% acionistas	10% colaboradores(as) 8% terceiros 6% retido	
7 - Outras Informações	2013		2012			
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	0		4.596			
7.1.2 - Investimento do Estado	0		1			
7.1.3 - Investimento do Município	0		0			
7.1.4 - Investimento da Concessionária	0		811			
<b>Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)</b>	<b>0</b>		<b>5.408</b>			
7.2 - Programa de eficiência Energética	4.169		3.244			
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	2.287		1.774			
<b>Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)</b>	<b>6.456</b>		<b>10.426</b>			

## Notas Explicativas

---

### **Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A** **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

#### **1. Contexto operacional**

---

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.264.838 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579, que veio abordar os assuntos:

**Renovação de concessões:**

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

**Redução/eliminação de encargos setoriais:**

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causaram impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita teve em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

A Companhia tem o vencimento da sua concessão em janeiro de 2031.

Segue algumas das principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão.

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;



VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 22 e 31, respectivamente.

## 2. Apresentação demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2014.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

### *Moeda funcional*

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

### *Julgamentos e estimativas*

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões, e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 28.

### 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

---

#### 3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo.
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b).
- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados (b).
- Modificações à IAS 32 (CPC 39) - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1° de janeiro de 2014.
- (b) 1° de janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

#### 3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;

- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº28.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado;

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta

razão, desde o exercício de 2012, a Companhia registrou como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- g.** Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver, nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem;
- h.** Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i.** Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j.** Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k.** Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- l.** Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- m.** Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 28;
- n.** Imposto de renda e contribuição social - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.



Em 12 de novembro de 2013 foi publicado a Medida Provisória nº 627/13 que alterou a Legislação Tributária Federal do país. As mais relevantes são: (i) revoga o regime transitório de tributação (RTT) a partir de 2015, mas prevê uma adoção antecipada para 01 de janeiro de 2014. Caso haja a adoção antecipada da Medida Provisória o RTT será automaticamente eliminada e as novas disposições passam a ser eficazes em 2014, em caráter irrevogável; (ii) tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e (iii) parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. A adoção antecipada da MP eliminará de tributação do eventual excesso de distribuição de lucro societário em relação aos lucros distribuídos, apurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A Companhia aguardará a conversão em Lei da Medida Provisória para realizar uma análise mais profunda e conclusiva sobre os efeitos das novas regras tributárias.

- o.** Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;
- p.** Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q.** Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r.** Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- s.** Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t.** Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos,



consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;

- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- v. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.3 Ajustes

#### CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada - Benefícios a empregados

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos Benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria e pensões e prêmio aposentadoria, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por força das novas regras introduzidas pelo CPC 33 (R1) e IAS 19, que veio eliminar a abordagem do método do “corredor” que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, passando a ser reconhecidos integralmente no passivo na rubrica “benefícios a empregados - plano de pensão”, em contrapartida a Demonstração dos Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido. Por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seu balanço com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldos iniciais e finais do balanço de 2012 em relação aos originalmente publicados, conforme segue:

Balanço Patrimonial	Saldo em 2012 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 2012 (Ajustado)
<b>Ativo</b>			
Ativo não circulante	1.006.041	10.273	1.016.314
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	102.531	10.273	112.804
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.468.182</b>	<b>10.273</b>	<b>1.478.455</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não circulante	451.628	30.215	481.843
Benefício a empregados - plano de pensão	20.531	30.215	50.746
Patrimônio líquido	576.799	(19.942)	556.857
Lucros acumulados	-	185	185
Outros resultados abrangentes	-	(20.127)	(20.127)
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.468.182</b>	<b>10.273</b>	<b>1.478.455</b>

Demonstração Resultado	Saldo em 2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 2012 (Ajustado)
Despesas gerais e administrativas	(103.113)	280	(102.833)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	268.318	280	268.598
Lucro antes dos impostos	252.805	280	253.085
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.527	(95)	2.432

Lucro líquido do exercício	209.344	185	209.529
----------------------------	---------	-----	---------

Demonstração	Outros Resultados abrangentes	Saldo em 2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 2012 (Ajustado)
Lucro líquido do exercício		209.344	185	209.529
Outros resultados abrangentes		-	(10.220)	(10.220)
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		209.344	(10.035)	199.309

Demonstração do Valor Adicionado	Saldo em 2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 2012 (Ajustado)
<b>Pessoal</b>			
Benefícios	18.644	(280)	18.364
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais	146.566	95	146.661
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Lucros retidos/prejuízo do exercício	-	185	185

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Saldo em 2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 2012 (Ajustado)
Lucros ou prejuízos acumulados	-	185	185
Outros resultados abrangentes	-	(20.127)	(20.127)
Patrimônio líquido	576.799	(19.942)	556.857

Balço Patrimonial	Saldo em 2011 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 01/01/2012 (Ajustado)
<b>Ativo</b>			
Ativo não circulante	267.706	5.104	272.810
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	111.014	5.104	116.118
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.259.027</b>	<b>5.104</b>	<b>1.264.131</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não circulante	484.892	15.011	499.903
Benefício a empregados - plano de pensão	20.401	15.011	35.412
Patrimônio líquido	556.226	(9.907)	546.319
Outros resultados abrangentes	-	(9.907)	(9.907)
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.259.027</b>	<b>5.104</b>	<b>1.264.131</b>

#### 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2013	2012
CEF	CDB	30/12/2015	100,5% do CDI	24.865	42.180
Mercantil	CDB	18/12/2014	105,0% do CDI	-	635
Santander	Debêntures (2)	21/12/2015	103,2% do CDI	4.271	-
				<b>29.136</b>	<b>42.815</b>
Caixas e depósitos bancários				<b>21.179</b>	<b>24.831</b>
Total caixa e equivalente de caixa				<b>50.315</b>	<b>67.646</b>

### b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2013	2012
ABC Brasil	CDB	25/09/2014	100,5% do CDI	2	10
Banrisul	Fundo de Investimento	-	CDI	53	-
BES	CDB	19/03/2015 a 06/05/2015	102,5% a 103,0% do CDI	13	12
BICBanco	CDB	26/08/2014 a 10/02/2016	98,0% a 108,0% do CDI	61	3.144
BMG	CDB	24/01/2014	113,0% do CDI	9	1.792
Bradesco	CDB	25/07/2013	99,0% do CDI	-	311
Bradesco	Fundo de Investimento	-	CDI	-	82
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	CDI	-	2.263
BTG Pactual	CDB	09/12/2014	97,5% do CDI	70	-
CEF	Fundo de Investimento	-	CDI	-	672
Caixa FI Energisa (4)	Letra Financeira do Tesouro, Compromissada, Debêntures (2), DPGE e Letra financeira	09/04/2014 a 01/03/2018	102,7% a 122,11% do CDI/IPCA+5.7%/SELIC	24.449	-
CEF	Poupança	-	Poupança	87	87
FIM Zona da Mata (4)	CDB	17/08/2015 a 01/12/2015	100,5% a 112,0% do CDI	10.583	-
FIM Zona da Mata (4)	Debêntures(2)	07/04/2016	100,0% do CDI + 3,9%	4.946	-
FIM Zona da Mata (4)	Compromissada	21/02/2014 a 08/10/2015	102,5% a 103,2%,0 do CDI	12.206	-
FIM Zona da Mata (4)	DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	7.191	-
FIM Zona da Mata (4)	Letra Financeira	04/05/2017	107,0% do CDI	367	-
FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Renda Fixa	-	CDI	273	-
FIM Zona da Mata (4)	Letra Financeira do Tesouro	07/09/2015 a 01/03/2018	SELIC	718	-
FIM Zona da Mata (4)	Nota Tesouro Nacional	15/08/2016	IPCA	2.603	-
FIM Zona da Mata (4)	Fundos Multimercados	-	CDI	6.771	-
HSBC	CDB	03/08/2015	100,0% do CDI	677	626
Itaú	CDB	07/03/2014 a 27/11/2015	90,0% a 101,8% do CDI	403	620
Itaú	Debêntures	27/11/2015	102,0% do CDI	321	304
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	718	661
Nordeste	CDB	02/01/2014 a 30/08/2019	90,0% a 100,0% do CDI	40.315	35.353
Nordeste	Título de Capitalização	22/12/2013	100,0% do CDI	-	10
Pine	CDB	08/02/2017	104,0% do CDI	178	894

**Resultados de 2013**


---

Safra	Letra Financeira	31/01/2013	108,5% do CDI	-	52.993
Safra	Fundo de Investimento	-	CDI	12.629	-
Santander	Fundo de Investimento	-	CDI	-	3.903
Standard Bank	CDB	02/05/2013	90,0% do CDI	-	4
Votorantim	CDB	27/05/2014	98,0% do CDI	4	-
				<b>125.647</b>	<b>103.741</b>

Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	3.697	4.527
Mercantil	DPGE	15/05/2014 a 26/06/2015	112,0% a 113,0% do CDI	14.452	8.429
				<b>18.149</b>	<b>12.956</b>
<b>Total aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (3)</b>				<b>143.796</b>	<b>116.697</b>
Circulante				96.049	77.416
Não Circulante				47.747	39.281

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$46.553 referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

## 6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos (1)	Vencidos					2013	2012
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		
Residencial	9.247	17.739	5.388	2.642	352	70	35.438	38.400
Industrial	13.364	1.556	242	314	358	5.511	21.345	27.293
Comércio, serviços e outras atividades	12.142	3.799	889	727	764	1.601	19.922	27.650
Rural	1.721	1.262	436	291	74	54	3.838	5.584
Poder Público:								
Federal	1.995	465	60	21	-	5	2.546	2.808
Estadual	3.196	745	97	33	-	-	4.071	4.494
Municipal	2.281	532	69	24	-	-	2.906	3.208
Iluminação pública	4.405	707	265	90	194	6	5.667	7.537
Serviço público	3.462	3.361	6.585	10.238	122	1	23.769	5.237
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>51.813</b>	<b>30.166</b>	<b>14.031</b>	<b>14.380</b>	<b>1.864</b>	<b>7.248</b>	<b>119.502</b>	<b>122.211</b>
Concessionárias (2)	1.852	-	-	-	-	1.997	3.849	32.306
Fornecimento não faturado	37.151	-	-	-	-	-	37.151	39.167
Outros	2.235	-	-	-	-	-	2.235	7.597
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(2.642)	(1.116)	(7.597)	(11.355)	(11.190)
<b>Total - Circulante</b>	<b>93.051</b>	<b>30.166</b>	<b>14.031</b>	<b>11.738</b>	<b>748</b>	<b>1.648</b>	<b>151.382</b>	<b>190.091</b>

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2013, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$1.997 (R\$32.285 em 2012), deduzido das liquidações parciais

## Resultados de 2013

ocorridas até 31 de dezembro de 2013. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$5.584 em 2013, referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$3.777 (R\$11.011 em 2012), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2013	2012
Saldos a vencer	-	30.288
Créditos vencidos (*)	1.997	1.997
	1.997	32.285
(-) Aquisições de energia na CCEE	(5.584)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	(3.777)	(11.011)
	<b>(7.364)</b>	<b>21.274</b>

(\*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

## 7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2013	2012
Títulos de créditos a receber	90.704	114.883
Ajuste a valor presente	(10.415)	(10.021)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(18.297)	(15.132)
	<b>61.992</b>	<b>89.730</b>
Circulante	33.152	47.449
Não circulante	28.840	42.281

(\*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2013, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	18.297
2014	33.152
2015	10.167
2016	8.027
2017	4.522
2018	2.423
2019 em diante	3.701
<b>Total</b>	<b>80.289</b>

## 8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2013	2012
Saldo - inicial - circulante - 2012 e 01/01/2012	26.322	23.060
Provisões constituídas no exercício	10.482	8.683
Reversão de provisões no exercício	(7.152)	(5.421)
<b>Saldo - final - circulante - 2013 e 2012</b>	<b>29.652</b>	<b>26.322</b>
Clientes, consumidores e concessionárias	11.355	11.190
Títulos de créditos a receber	18.297	15.132

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

## 9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 28 de agosto de 2013, foi uma redução de 3,02%.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.



## 10. Impostos a recuperar

	2013	2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	22.274	21.921
Imposto de Renda Retido na Fonte	306	353
Imposto de Renda - IRPJ	21.498	10.675
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	3.149	254
Contribuição do PIS e COFINS	29.430	29.044
Outros	4	12
	<b>76.661</b>	<b>62.259</b>
Circulante	50.471	38.375
Não circulante	26.190	23.884

## 11. Baixa renda e outros créditos

	2013	2012
Baixa renda	13.053	16.409
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	9.939	7.379
Ordens de serviço em curso - ODS - outros	1.438	1.568
Adiantamentos	574	542
Subvenção CDE - desconto tarifário	5.028	-
Creditos de terceiros -Alienação de bens e direitos	1.045	902
Creditos a receber - Restituição encargos setoriais	752	-
Outras	1.654	3.578
Total - circulante	<b>33.483</b>	<b>30.378</b>

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE-desconto tarifário:

- Baixa Renda:**

	2013	2012
Saldo - inicial 2012 e 01/01/2012	16.409	9.888
Subvenção baixa renda	84.191	87.132
Ressarcimento Eletrobrás	(87.547)	(80.611)
Saldo- final - circulante 2013 e 2012	<b>13.053</b>	<b>16.409</b>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

- Subvenção CDE - desconto tarifário**

	2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural aplicados nas tarifas	40.825
Antecipação/Repasse despacho ANEEL nº 1711/2013	(35.797)
Total	<b>5.028</b>

O Governo Federal, através do Despacho Aneel nº 1.711 de 29 de maio de 2013, disponibilizou R\$25.058 de recursos da CDE, os quais foram recebidos em 03 de junho de 2013, apropriados ao resultado do exercício proporcionalmente ao número de meses correspondente ao período de maio a novembro de 2013, além de R\$10.739, liberados nos meses de março, abril e maio, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

## 12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (1)	Energia Elétrica comprada para revenda(2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	21.538	-	5.389	-	1.708
EBO	-	4.210	-	331	12
ESER	226	-	-	-	-
Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	-	420	-	-	108
2013	21.764	4.630	5.389	331	1.828
2012	20.148	4.716	-	-	-

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

### Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$2.322 (R\$1.813 em 2012) e da Diretoria foi de R\$4.009 (R\$2.750 em 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$508 (R\$652 em 2012). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$674 (R\$645 em 2012).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a maior e a menor remuneração atribuídas a

dirigentes, foram de R\$40 e R\$6 (R\$38 e R\$6 em 2012), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2012 foi de R\$21 (R\$19 em 2012).

Na AGO de 24 de abril de 2013, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2013 no montante de R\$7.584 (R\$7.149 em 31 de dezembro de 2012).

### 13. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2013	2012
<b>Ativo</b>		
Diferenças temporárias :		
Imposto de renda	96.578	86.887
Contribuição social sobre o l. líquido	34.768	31.279
<b>Total - não circulante</b>	<b>131.346</b>	<b>118.166</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda	5.304	3.943
Contribuição social	1.910	1.419
	<b>7.214</b>	<b>5.362</b>
<b>Totais líquidos - ativo não circulante</b>	<b>124.132</b>	<b>112.804</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	2013		2012 (ajustado)	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Creditos fiscais - ágio (1)	191.718	65.184	204.950	69.683
Provisão ajuste atuarial	61.156	20.793	63.278	21.515
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	37.604	12.785	37.020	12.587
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	7.351	2.499	5.727	1.947
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	29.374	9.987	22.367	7.605
Variações cambiais passivas	35.449	12.053	(10.196)	(3.467)
Marcação a mercado - derivativos	(15.685)	(5.333)	6.212	2.112
Ajustes a valor presente	10.415	3.541	9.297	3.161
Ativos regulatórios (CVA's)	26.919	9.152	4.298	1.461
Outras adições (exclusões) temporárias	2.011	685	4.594	1.562
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	(21.218)	(7.214)	(15.770)	(5.362)
<b>Totais - ativo não circulante</b>	<b>365.094</b>	<b>124.132</b>	<b>331.777</b>	<b>112.804</b>

(1) O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos créditos fiscais
2014	5.754
2015	5.739
2016	5.724
2017	5.724
2018	5.709
2019 a 2023	95.482
<b>Total</b>	<b>124.132</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	2013	2012
		(Ajustado)
Lucro antes dos impostos	145.823	253.085
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(49.580)	(86.049)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	35.619	39.289
Adições permanentes (**)	2.082	3.204
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(11.879)	(43.556)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>8,1%</b>	<b>17,2%</b>

(\*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

(\*\*) Referem-se basicamente as despesas contabilizadas em doações, patrocínios, participações e brindes.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho decisório nº 128 DRF/JPA de 23/05/2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

#### 14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo registrado no resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$5.447 (R\$15.770 em 2012).

O contas a receber da concessão esta classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

Movimentação	2013	2012
<b>Ativo financeiro - 2012 e 01/01/2012</b>	<b>147.049</b>	<b>30.777</b>
Adições no exercício (*)	73.897	100.448
Baixas no exercício	(838)	54
<b>Ativo financeiro</b>	<b>220.108</b>	<b>131.279</b>
Atualização contas a receber da concessão - VNR	5.447	15.770
<b>Ativo financeiro custo corrigido-2013 e 2012</b>	<b>225.555</b>	<b>147.049</b>

(\*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

#### 15. Intangível e Imobilizado

	2013	2012
Intangível - Contrato de concessão	609.184	607.566
Imobilizado	13.511	9.907
<b>Total</b>	<b>622.695</b>	<b>617.473</b>

## Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2013
<b>INTANGÍVEL</b>						
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	1.065.930	-	135.446	(14.344)	-	1.187.032
Amortização acumulada	(401.404)	-	-	8.188	(55.639)	(448.855)
Subtotal	664.526	-	135.446	(6.156)	(55.639)	738.177
Em Curso	117.231	142.075	(142.611)	(53.894)	-	62.801
<b>Total</b>	<b>781.757</b>	<b>142.075</b>	<b>(7.165)</b>	<b>(60.050)</b>	<b>(55.639)</b>	<b>800.978</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
<b>Em Serviço</b>						
Custo	167.222	-	24.997	(3.229)	-	188.990
Amortização acumulada	(26.062)	-	-	-	(11.042)	(37.104)
Subtotal	141.160	-	24.997	(3.229)	(11.042)	151.886
Em Curso	33.031	31.874	(24.997)	-	-	39.908
<b>Total</b>	<b>174.191</b>	<b>31.874</b>	<b>-</b>	<b>(3.229)</b>	<b>(11.042)</b>	<b>191.794</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>607.566</b>	<b>110.201</b>	<b>(7.165)</b>	<b>(56.821)</b>	<b>(44.597)</b>	<b>609.184</b>
<b>IMOBILIZADO</b>						
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Edificações e benfeitorias	1.468	-	105	(1.246)	-	327
Máquinas e equipamentos	8.654	-	6.274	(420)	-	14.508
Veículos	313	-	-	(66)	-	247
Móveis e utensílios	12.015	-	786	(797)	-	12.004
Depreciação Acumulada	(12.543)	-	-	1.156	(2.188)	(13.575)
<b>Total do imobilizado</b>	<b>9.907</b>	<b>-</b>	<b>7.165</b>	<b>(1.373)</b>	<b>(2.188)</b>	<b>13.511</b>
<b>Total Geral</b>	<b>617.473</b>	<b>110.201</b>	<b>-</b>	<b>(58.194)</b>	<b>(46.785)</b>	<b>622.695</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$58.194, R\$53.894 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$4.300 referem-se a baixas realizadas no exercício.

Das adições de obrigações especiais de R\$31.874, cerca de R\$20.003 foram transferidas do contas a receber da concessão.

	Saldo 01/01/2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2012
<b>INTANGÍVEL</b>						
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	1.090.219	-	102.382	(126.671)	-	1.065.930
Amortização acumulada	(373.468)	-	-	18.296	(46.232)	(401.404)
Subtotal	716.751	-	102.382	(108.375)	(46.232)	664.526
Em Curso	85.436	193.069	(117.355)	(43.919)	-	117.231
<b>Total</b>	<b>802.187</b>	<b>193.069</b>	<b>(14.973)</b>	<b>(152.294)</b>	<b>(46.232)</b>	<b>781.757</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
<b>Em Serviço</b>						
Custo	178.736	-	14.486	(26.000)	-	167.222
Amortização acumulada	(19.068)	-	-	-	(6.994)	(26.062)
Subtotal	159.668	-	14.486	(26.000)	(6.994)	141.160
Em Curso	35.735	17.469	(14.486)	(5.687)	-	33.031
<b>Total</b>	<b>195.403</b>	<b>17.469</b>	<b>-</b>	<b>(31.687)</b>	<b>(6.994)</b>	<b>174.191</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>606.784</b>	<b>175.600</b>	<b>(14.973)</b>	<b>(120.607)</b>	<b>(39.238)</b>	<b>607.566</b>
<b>IMOBILIZADO</b>						
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Edificações e benfeitorias	-	-	1.468	-	-	1.468
Máquinas e equipamentos	-	-	13.802	(5.148)	-	8.654
Veículos	-	-	313	-	-	313
Móveis e utensílios	-	-	12.015	-	-	12.015
Depreciação Acumulada	-	-	(12.625)	1.207	(1.125)	(12.543)
<b>Total do imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.973</b>	<b>(3.941)</b>	<b>(1.125)</b>	<b>9.907</b>
<b>Total Geral</b>	<b>606.784</b>	<b>175.600</b>	<b>-</b>	<b>(124.548)</b>	<b>(40.363)</b>	<b>617.473</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$124.548, R\$38.232 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$86.316 referem-se a baixas realizadas no exercício. Cerca de R\$62.216 referente a aplicação da Resolução normativa nº 474 - novas taxas de depreciação no contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,89% (3,70% em 2012).

## Resultados de 2013

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2013	2012
Contribuições do consumidor	72.972	65.037
Participação da União - recursos CDE	153.764	157.175
Participação do Governo do Estado	11.937	10.261
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	1.992	-
( - ) Amortização acumulada	(37.104)	(26.062)
<b>Total</b>	<b>203.561</b>	<b>206.411</b>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	11.767	32.220
Infraestrutura - Intangível em serviço	151.886	141.160
Infraestrutura - Intangível em curso	37.916	33.031
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	1.992	-
<b>Total</b>	<b>203.561</b>	<b>206.411</b>

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em agosto de 2009. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$1.992.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

### Encargos Financeiros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	2013	2012
Encargos financeiros - encargos de dívida - juros	44.779	45.776
( - ) transferência para o intangível em curso (*)	(3.461)	(5.251)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>41.318</b>	<b>40.525</b>

(\*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos, vide nota explicativa n° 25.



**Imobilizado**

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

**16. Fornecedores**

	2013	2012
Suprimento: (1)		
CCEE	5.584	-
Contratos Bilaterais (1)	52.095	59.999
Uso de rede básica (1)	3.777	11.011
Conexão à rede (1)	303	286
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	448	862
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	3.280	6.473
Materiais, serviços e outros (2)	27.312	33.106
<b>Total</b>	<b>92.799</b>	<b>111.737</b>
Circulante	90.153	109.165
Não Circulante	2.646	2.572

1. Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		
		Circulante	Não Circulante	2013	2012	Ref.
<b>Em moeda nacional</b>						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	485	-	61.000	61.485	61.339	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	386	712	1.127	1.493	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	72	567	1.865	2.504	3.086	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	410	1.845	2.322	2.769	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	58	354	2.036	2.448	2.769	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	86	432	2.792	3.310	3.785	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	9	391	3.051	3.451	3.848	
Eletrobrás - Subtransmissão	7	6.130	7.850	13.987	20.204	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	9	14	-	23	44	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	529	-	529	7.096	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	1	5.362	-	5.363	11.014	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	31	9.784	23.496	33.311	43.335	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	12	7.135	46.819	53.966	55.817	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	1	2.429	6.069	8.499	10.930	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES	60	7.647	33.105	40.812	-	
Banco Itaú BBA - FINAME	106	2.149	22.001	24.256	10.702	
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>1.033</b>	<b>43.719</b>	<b>212.641</b>	<b>257.393</b>	<b>238.231</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(339)	-	(1.393)	(1.732)	(2.062)	
<b>Em moeda estrangeira</b>						
NOTES UNITS	-	-	-	-	124.059	(1)
Banco Itaú BBA I	293	-	39.589	39.882	35.085	(2)
Banco Itaú BBA II	1.222	-	141.206	142.428	-	(2)
Citibank	60	-	93.704	93.764	81.908	(2)
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>1.575</b>	<b>-</b>	<b>274.499</b>	<b>276.074</b>	<b>241.052</b>	
(-) Custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(381)	
<b>Total</b>	<b>2.269</b>	<b>43.719</b>	<b>485.747</b>	<b>531.735</b>	<b>476.840</b>	

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$36.268 (R\$32.716 em 2012), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante.

(1) Em 19 de julho de 2013 foi efetivado a liquidação do contrato de emissão dos "bonds" de prazo de 7 anos em dólares norte-americanos, denominados "Notes Units", no montante de R\$137.109.

(2) Os contratos de financiamentos junto ao Banco Itaú BBA e Citibank, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 28).

Foi aprovada a contratação da Cédula de Crédito Bancário - financiamento mediante repasse contratado com o BNDES, no montante de R\$39.565 a ser celebrado com o Banco Itaú BBA S.A, com vencimento em 15 de dezembro de 2023 e taxa de juros que variam entre TJLP + 2,90% à 4% a.a.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

## Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida			TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.			
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+	0,7%	8,82%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	17			RGR 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	26			RGR 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	33			RGR 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	40			RGR 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	44			RGR 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	50			RGR 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	14			RGR 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	3			RGR 8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	jan-2014	mensal	Recebíveis	1			Selic Acumulada	8,22%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	6		pré-fixado	7,7%	7,7%	(1)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	21		pré-fixado	7,8%	7,8%	(1)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	35		pré-fixado	8,1%	8,1%	(1)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	21	TJLP	+	4,0%	9,2%	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES	jan-2019	mensal	Aval Energisa S.A.	31	TJLP	+	De 3,4% a 4,4%	De 8,57% a 9,62%	
Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	Mensal	Aval Energisa S.A.	54	pré-fixado		de 2,5% a 5,5%	2,5% a 5,5%	
Banco Itaú BBA I	Ago-2015	final	Aval Energisa S.A.	20	Dólar	+	3,2466%	18,36%	
Banco Itaú BBA II	Abr-18	anual após abr2017	Aval Energisa S.A.	46	Dólar	+	3,4892%	18,64%	
Citibank	Set-2017	Anual após set.2016	Aval Energisa S.A.	39	Libor	+	1,8987%	17,39%	

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2013	2012
US\$ x R\$	14,64%	8,94%
TJLP	5,00%	5,50%
SELIC	8,22%	8,49%
CDI	8,06%	8,40%
IPCA	5,91%	5,84%
IGP-M	5,53%	7,81%

Em 31 de dezembro de 2013, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2013
2015	81.176
2016	84.049
2017	146.898
2018	113.914
2019	30.357
Após 2019	29.353
<b>Total</b>	<b>485.747</b>

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2013 e 2012:

Descrição	2013	2012
<b>Saldos em 2012 e 01/01/2012</b>	<b>476.840</b>	<b>375.424</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	179.681	128.825
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	87.951	49.273
Pagamento de principal	(172.339)	(43.136)
Pagamento de juros	(40.398)	(33.546)
<b>Saldos em 2013 e 2012</b>	<b>531.735</b>	<b>476.840</b>
Circulante	45.988	164.470
Não circulante	485.747	312.370

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2014	2015	2016	2016 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	97	97	97	387	<b>678</b>
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	110	110	110	55	<b>385</b>
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	28	28	28	12	<b>96</b>
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	104	104	104	261	<b>573</b>
	<b>339</b>	<b>339</b>	<b>339</b>	<b>715</b>	<b>1.732</b>

## 18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,0% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	9,14% a.a
Quantidade de títulos	80.000
Valor na data de emissão	80.000
Títulos em circulação	80.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Final
<b>Saldos - 2013</b>	<b>80.029</b>
Circulante (*)	80.029
Não circulante	-
<b>Saldos - 2012</b>	<b>64.448</b>
Circulante (*)	136
Não circulante	64.312

(\*) Deduzido de R\$299 (R\$473 em 2012), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2013 as exigências contratuais foram cumpridas.

Do total de 80.000 Debêntures objeto da 1ª Emissão de Debêntures da Energisa Paraíba, 64.745 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 14.255 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de vendas pelos titulares das Debêntures pelo montante de R\$15.255.

Em 20 de junho de 2013, através de leilão eletrônico organizado e divulgado pela CETIP S.A - Mercados Organizados as debêntures foram recolocados no mercado pelo preço unitário (PU) de valor nominal de mil reais, acrescido de remuneração correspondente a CDI mais 1% ao ano.

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2013 e 2012

Descrição	2013	2012
<b>Saldos em 2012 e 01/01/2012</b>	<b>64.448</b>	<b>79.993</b>
Recolocação debêntures	15.274	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	6.750	8.068
Recompra de debêntures	-	(15.255)
Pagamento de juros	(6.443)	(8.358)
<b>Saldos em 2013 e 2012</b>	<b>80.029</b>	<b>64.448</b>
Circulante	80.029	136
Não circulante	-	64.312

## 19. Tributos e Contribuições Sociais

	2013	2012
ICMS	19.667	22.064
Encargos sociais	2.670	1.904
IRPJ	16.818	10.911
CSSL	7.435	6.963
PIS / COFINS	17.711	19.398
IRRF	1.061	1.056
Outros	1.411	1.980
<b>Total</b>	<b>66.773</b>	<b>64.276</b>
Circulante	46.354	50.235
Não circulante	20.419	14.041

## 20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2013
Trabalhistas	9.225	2.636	(3.539)	416	8.738
Cíveis	22.799	10.011	(7.654)	1.225	26.381
Fiscais	4.996	-	(2.739)	228	2.485
<b>Total</b>	<b>37.020</b>	<b>12.647</b>	<b>(13.932)</b>	<b>1.869</b>	<b>37.604</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(8.356)				(9.274)

	Saldo inicial 01/01/2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2012
Trabalhistas	10.245	2.968	(4.555)	567	9.225
Cíveis	22.069	6.508	(7.025)	1.247	22.799
Fiscais	5.886	-	(1.176)	286	4.996
<b>Total</b>	<b>38.200</b>	<b>9.476</b>	<b>(12.756)</b>	<b>2.100</b>	<b>37.020</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(6.931)				(8.356)

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$ 22.610 (R\$25.686 em 2012) dos quais R\$13.336 (R\$17.330 em 2012) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico ser possível ou provável.

No exercício foram pagos o montante de R\$7.238 (R\$7.914 em 2012), sendo de indenizações trabalhistas R\$2.628 (R\$2.925 em 2012) e de indenizações cíveis R\$4.610 (R\$4.989 em 2012).

No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$5.289 (R\$5.011 em 2012), registrado na rubrica fornecedores.

**Perdas prováveis:**

**Trabalhistas**

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

**Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$813.

**Fiscais**

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

**Perdas possíveis:**

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$266.162 (R\$225.645 em 2012), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

**Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$15.200 (R\$6.897 em 2012), têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. O aumento no exercício de R\$8.303 de reclamações trabalhistas refere-se à propositura de várias ações cujo objeto é a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação aos contratos de trabalho firmados entre empreiteira e seus empregados.

**Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$71.415 (R\$58.667 em 2012), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

O acréscimo de R\$12.998 refere-se basicamente a: (i) ação indenizatória decorrente de acidentes; (ii) ação de cobrança em que a autora objetiva receber o pagamento de honorários advocatícios firmado

com a Cooperativa CEDAL, por entender, que a Companhia é sucessora da Cooperativa. O processo está em fase de conhecimento já tendo apresentado contestação; (iii) ação proposta por município onde se pleiteia a nulidade de contratos anteriormente firmados entre as partes interessadas.

### **Fiscais**

As ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$179.547 (R\$160.081 em 2012), referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outros.

O aumento ocorrido no exercício de R\$19.466 é decorrente de: (i) auto de infração da Receita Federal onde se discute a dedutibilidade de despesas operacionais no cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (ii) auto de infração lavrado pelo Município de Bayeux que requer o recolhimento de imposto sobre serviços sobre a utilização de uso mútuo de postes. Para ambos os casos foram apresentados recursos administrativos.

## **21. Patrimônio líquido**

---

### **21.1. Capital Social**

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$425.805 (R\$386.516 em 2012) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2013, foi aprovado: (i) aumento de capital da Companhia em R\$39.289, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$425.805; (ii) cancelamento de 422 ações ordinárias e 356 ações preferenciais classe "A" que se encontravam em tesouraria pelo valor de R\$538, a serem absorvidas pela reserva de capital - reserva de remuneração de imobilizações; e (iii) conversão da totalidade das ações preferenciais nominativas da Companhia em ações ordinárias nominativas, na proporção de um para um, passando o capital acima mencionado a ser representado por 918.160 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000.000 de ações, sendo até 4.092.176.000 em ações ordinárias e até 1.907.824.000 em ações preferenciais.

### **21.2. Reserva de capital - reserva especial de ágio**

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº13, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia. À medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

### **21.3. Reserva de lucros - redução de imposto de renda**

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 197/2012 - Ofício Sudene 1957 de 12/12/2012, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;



## Resultados de 2013

- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia.

A partir da edição da Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apurou R\$35.619 (R\$39.289 em 2012) de redução de imposto de renda e adicionais.

### 21.4. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

### 21.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	133.944	209.344
Lucros acumulados	185	-
Dividendos prescritos	-	417
Reserva legal (5%)	(6.697)	(10.488)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(35.619)	(39.289)
Lucro líquido ajustado	91.813	159.984
Dividendos obrigatórios (25%)	22.953	39.996
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Pagos em janeiro de 2013 - R\$51,69 por ação	-	35.391
. Pagos em junho de 2013 - R\$45,91 por ação	42.151	-
. Pagos em agosto de 2013 - R\$18,15 por ação (R\$80,72 por ação) em agosto de 2012	16.666	74.114
. Pagos em novembro de 2012 - R\$31,51 por ação	-	28.931
. Pagos em dezembro de 2013 - R\$28,32 por ação (R\$51,69 por ação) em dezembro de 2012	26.000	12.069
	84.817	150.505
(**) Dividendos adicionais propostos R\$7,42 por ação (R\$10,3240 em 2012)	6.996	9.479
Total dos dividendos	91.813	159.984
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(\*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 13 de junho, 08 de agosto e 19 de dezembro de 2013 (09 de agosto, 23 de outubro e 20 de dezembro de 2012) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de novembro de 2013) (30 de junho e 30 de setembro e 30 de novembro de 2012) .

(\*\*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08 e serão pagos em data a ser definida em RCA.

## 22. Receita operacional

	2013			2012		
	Não auditada pelos auditores independentes		R\$	Não auditada pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	1.035.707	1.433.767	630.918	997.140	1.297.599	640.055
Industrial	4.540	508.824	143.324	4.552	599.989	202.024
Comercial	91.433	636.737	267.814	88.732	594.029	296.622
Rural	115.953	271.319	76.936	110.419	267.641	55.475
Poder Público:						
Federal	598	55.469	38.896	580	49.752	42.972
Estadual	3.132	75.594	30.855	3.036	67.803	34.089
Municipal	11.581	95.211	20.473	11.227	85.398	22.619
Iluminação Pública	650	224.490	52.055	642	222.004	61.408
Serviço Público	1.011	214.819	49.542	1.017	212.369	53.077
Consumo Próprio	212	4.432	-	143	4.200	-
Subtotal	<b>1.264.817</b>	<b>3.520.662</b>	<b>1.310.813</b>	<b>1.217.488</b>	<b>3.400.784</b>	<b>1.408.341</b>
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	16.422	-	-	4.889
Suprimento	-	54.721	11.101	-	131.867	43.357
Fornecimento não faturado (líquido)	-	23.275	(2.016)	-	44.666	7.702
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	21	-	46.409	15	-	62.176
Receita de Construção	-	-	133.705	-	-	195.670
Outras receitas operacionais	-	-	9.482	-	-	8.956
Total - receita operacional bruta	<b>1.264.838</b>	<b>3.598.658</b>	<b>1.525.916</b>	<b>1.217.503</b>	<b>3.577.317</b>	<b>1.731.091</b>
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	287.726	-	-	289.139
PIS	-	-	22.899	-	-	24.901
COFINS	-	-	105.475	-	-	114.698
ISS	-	-	341	-	-	343
Quota para RGR	-	-	(1.774)	-	-	11.635
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	4.770	-	-	5.067
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	2.473	-	-	8.631
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	2.113	-	-	39.266
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.787	-	-	8.114
Receita de Ultrapassagem Demanda Energia Reativa Excedente	-	-	1.992	-	-	-
Total	-	-	430.802	-	-	501.794
Total - receita operacional líquida	<b>1.264.838</b>	<b>3.598.658</b>	<b>1.095.114</b>	<b>1.217.503</b>	<b>3.577.317</b>	<b>1.229.297</b>

### 23. Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.	2013	2012
	Energia elétrica comprada para revenda (*)	435.100	-	-	-	-	435.100
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	56.362	-	-	-	-	56.362	82.689
Pessoal e administradores	-	33.659	153	29.910	38.247	101.969	95.447
Entidade de previdência privada	-	3.499	-	2.520	2.262	8.281	13.393
Material	-	2.551	466	7.150	2.473	12.640	12.776
Serviços de terceiros	-	8.968	599	21.149	49.308	80.024	83.708
Depreciação e amortização	-	40.833	-	193	5.759	46.785	40.363
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	8.762	-	8.762	(13.762)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	-	(1.285)	(1.285)	(3.280)
Custo de construção	-	-	133.705	-	-	133.705	195.670
Outras	-	5.671	10	1.802	16.330	23.813	17.105
	<b>491.462</b>	<b>95.181</b>	<b>134.933</b>	<b>71.486</b>	<b>113.094</b>	<b>906.156</b>	<b>953.724</b>

(\*) Deduzido de R\$29.824 e R\$32.175 referente aos valores dos recursos da CDE repassados pela Eletrobrás a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo.

Os valores foram registrados como redução de custos de energia comprada e de encargos de Serviços do Sistema, de acordo com o Despacho Aneel nº 1.135 de 17 de abril de 2013.

### 24. Outros resultados

	2013	2012
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	7.592	6.129
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(13.821)	(13.104)
<b>Total</b>	<b>(6.229)</b>	<b>(6.975)</b>

## 25. Receitas e despesas financeiras

	2013	2012
Receita de aplicações financeiras	16.108	11.009
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	20.415	20.859
Atualização contas a receber da concessão - VNR	5.447	15.770
Outras receitas financeiras	15.879	3.754
<b>Total receita financeira</b>	<b>57.849</b>	<b>51.392</b>
Encargos de dívidas - juros	(44.779)	(45.776)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(49.922)	(11.565)
(-) Transferência para ordens em curso	3.461	5.251
Ajuste valor presente ativo	(394)	11.745
Marcação a mercado de derivativos	(25.671)	1.155
Instrumentos financeiros derivativos	39.933	8.023
Atualização de tributos e provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(3.787)	(4.931)
Custos renegociação de títulos com clientes	(1.110)	(12.433)
Comissão de aval	(5.389)	-
Outras despesas financeiras	(7.097)	(18.374)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(94.755)</b>	<b>(66.905)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(36.906)</b>	<b>(15.513)</b>

## 26. Lucro por ação

A Companhia não alterou o número de ações de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações no final do exercício de 918.160 ações ordinárias.

## 27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2013	2012
Riscos Operacionais	23/10/2014	35.320	367	400
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	292	251
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2014	Até R\$ 360 mil / veículo	255	184
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2014	85.500	369	346
			<b>1.283</b>	<b>1.181</b>

### Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

### Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

## 28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2013			
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	50.315	50.315	67.646	67.646
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	143.796	143.796	116.697	116.697
Consumidores e concessionárias	151.382	151.382	190.091	190.091
Títulos de créditos a receber	61.992	61.992	89.730	89.730
Conta a receber da concessão	225.555	225.555	147.049	147.049
Instrumentos financeiros derivativos	15.685	15.685	6.212	6.212

PASSIVO	2012			
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	92.799	92.799	111.737	111.737
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	611.764	611.543	541.288	554.640

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 de 2012, estão identificadas a seguir:

### Não derivativos - classificação e mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

#### Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 1ª emissão de debêntures. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revisada anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de

derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2013	2012
Dívida (a)	611.857	541.288
Caixa e equivalentes de caixa	(50.315)	(67.646)
Dívida líquida	561.542	473.642
Patrimônio líquido (b)	613.113	556.857
Índice de endividamento líquido	1,09	0,85

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

#### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	90.153	-	-	-	2.646	92.799
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - 9,69%	42.058	121.461	218.121	305.116	68.214	754.970
<b>Total</b>	<b>132.211</b>	<b>121.461</b>	<b>218.121</b>	<b>305.116</b>	<b>70.860</b>	<b>847.769</b>

#### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia



Elétrica.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	2013	2012
Caixa e equivalente de caixa	50.315	67.646
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	143.796	116.697
Consumidores e concessionárias	151.382	190.091
Títulos de créditos a receber	61.992	89.730
Conta a receber da concessão	225.555	147.049
Instrumentos financeiros derivativos	15.685	6.212

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 28.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Companhia está suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com alta de 15% sobre 31 de dezembro de 2012, cotado a R\$2,3426/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%, enquanto em 31 de dezembro de 2012 era de 6,00%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 de R\$613.795 (R\$544.204 em 2012), R\$276.074 (R\$241.433 em 2012) estão representados em dólares, (i) US\$77,8 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$ 77,2 milhões de principal) cujo saldo no final no exercício, incluindo juros monta em R\$182,3 milhões e (ii) US\$40,0 milhões de empréstimo com o Citibank (US\$40,0 milhões de principal), cujo saldo no final no exercício, incluindo juros monta em R\$93,8 milhões.

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo (vencimentos até 2022) e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 apresenta no ativo não circulante R\$15.685 (R\$6.212 em 2012) a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento

de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Divida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa P. Passiva	16.900	VC + 4,33% 100,0% CDI	17/08/2015	2,85(Ago -15)
Loan 4131 Citibank P. Ativa P. Passiva	40.000	Libor + 1,90% 101,0% CDI	21/09/2017	3,0185(Set-16) 3,1975(Set-17)
Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa P. Passiva	60.277	VC + 4,105% 108,95% CDI	17/04/2018	3,11(Abr-17) 3,30(Abr-18)

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	2013	2012		2013	2012
	Notional BRL	Notional BRL	Posição Ativa	-	129.543
	-	88.174	Moeda Estrangeira- USD	-	-
Swap com Opções- Bond			Posição Passiva	-	-
			Taxa de Juros CDI	-	(124.767)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	-	(11)
			Posição Total Swap Com Opções	-	4.765
	154.138	34.138	Posição Ativa	-	-
Swap com Opções- Itaú BBA			Moeda Estrangeira- USD	190.875	37.450
			Posição Passiva	-	-
			Taxa de Juros CDI	(161.671)	(35.008)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(18.528)	(744)
		Posição Total Swap Com Opções	10.676	1.698	
	80.960	80.960	Posição Ativa	-	-
Swap com Opções- Citibank			Moeda Estrangeira- USD Libor	96.332	84.920
			Posição Passiva	-	-
			Taxa de Juros CDI	(81.367)	(81.306)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(9.956)	(3.865)
		Posição Total Swap Com Opções	5.009	(251)	

O Valor Justo dos derivativos efetuados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram apurados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

### Analise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

#### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Swap com Opções Itaú e Citibank	276.074	Alta USD	54.209	(4.192)	(62.594)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	287.208		233.607	292.009	350.410
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(243.039)		(243.039)	(243.039)	(243.039)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(28.484)		-	(4.786)	(52.680)
<b>Subtotal</b>	<b>15.685</b>		<b>(9.432)</b>	<b>44.184</b>	<b>54.691</b>
Líquido	-		44.777	39.992	(7.903)

(\*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2013, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2013, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$44.777 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivo de R\$39.992 e negativo de R\$7.903, respectivamente.

## b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2013 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 10,47%, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados					
	172.932	Alta do CDI	18.090	22.613	27.136
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
	(142.342)	Alta do CDI	(15.108)	(18.885)	(22.662)
	(49.311)	Alta da TJLP	(2.562)	(3.203)	(3.843)
	(92.639)	Alta do FNE	(6.001)	(7.502)	(9.002)
Subtotal (**)	(284.292)		(23.671)	(29.590)	(35.507)
<b>Total</b>	<b>(111.360)</b>		<b>(5.581)</b>	<b>(6.977)</b>	<b>(8.371)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2014 (10,47% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2013, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(\*\*) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$276.074.

## Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2013	2012
<b>Ativos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	143.796	116.697
Instrumentos financeiros derivativos	2	15.685	6.212
Contas a receber da concessão	3	225.555	147.049

## 29. Benefícios a empregados

### a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

O plano de benefícios previdenciários (Funasa) mantido pela Companhia na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para o plano (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora Energisa PB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

O plano (CD) se caracteriza por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

### Plano de contribuição definida

A Companhia possui plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima

A seguir, apresenta-se a característica dos planos de benefícios:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição Anual		% s/folha de pagamento	Déficit Atuarial	
		2013	2012		2013	2012 Ajustado
Energisa PB	BD	5.962	5.891	10,52	61.681	56.464
Energisa PB	CD	560	542	0,99	-	-
Energisa PB	PS	342	362	0,60	-	6.814
<b>Total</b>					<b>61.681</b>	<b>63.278</b>
Circulante					8.562	12.532
Não circulante					53.119	50.746

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em

## Resultados de 2013

31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as regras aprovada pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2013		2012 (ajustado)	
	PS	BD	PS (*)	BD
Valor presente das obrigações atuariais	(22.003)	(126.611)	(34.372)	(129.314)
Valor justo dos ativos do plano	25.097	64.930	27.558	72.850
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	3.094	(61.681)	(6.814)	(56.464)
Redução dos ativos dos planos	(3.094)	-	-	-
<b>Passivo líquido</b>	<b>-</b>	<b>(61.681)</b>	<b>(6.814)</b>	<b>(56.464)</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2012, o déficit de R\$6.814 encontra-se registrado no passivo não circulante.

Demonstração das despesas para o exercício de 2014, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	PS	BD
Custo do serviço corrente	865	766
Custo dos juros	2.461	13.399
Rendimento esperado do ativo do plano	(2.809)	(6.899)
Remensuração do custo financeiro	(41)	820
Contribuições dos empregados	-	(525)
<b>Despesas previstas para 2014</b>	<b>476</b>	<b>7.561</b>

Demonstração da movimentação do passivo atuarial líquido do exercício:

	2013		2012 (ajustado)	
	PS	BD	PS	BD
Passivo atuarial líquido no início do exercício	6.814	56.464	1.241	40.870
Despesas correntes	2.043	4.726	1.547	5.581
Contribuições da Companhia	-	(5.971)	-	(5.472)
Impacto decorrente do reconhecimento de ganhos e perdas	-	-	4.026	-
Outros resultados abrangentes	(8.857)	6.462	-	15.485
<b>Passivo atuarial líquido do final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>61.681</b>	<b>6.814</b>	<b>56.464</b>

Os ativos dos planos são:

	PS		BD	
	2013	2012	2013	2012
Ativos do plano:				
Cotas de fundos de renda fixa	24.756	27.245	54.105	66.452
Investimentos imobiliários	-	-	7.770	3.721
Empréstimos a participantes	234	293	856	849
	<b>24.990</b>	<b>27.538</b>	<b>62.731</b>	<b>71.022</b>

## Resultados de 2013

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2013		2012	
	PS	BD	PS	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	27.558	72.850	23.114	66.260
Benefícios pagos	(245)	(12.873)	(305)	(12.151)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	649	-	629
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	5.971	-	5.472
Rendimento efetivo dos ativos	2.316	5.776	2.276	5.950
Ganhos atuariais dos ativos	(4.532)	(7.443)	2.473	6.690
<b>Valor justo dos ativos</b>	<b>25.097</b>	<b>64.930</b>	<b>27.558</b>	<b>72.850</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a demonstração do valor presente das obrigações é apresentada como segue:

	2013		2012	
	PS	BD	PS	BD
Saldo no início do exercício	34.372	129.314	24.355	107.130
Benefícios pagos no caixa	(245)	(12.874)	(305)	(12.151)
Juros sobre obrigação atuarial	2.891	10.180	2.723	11.604
Custo do serviço corrente (com juros)	1.468	850	1.100	1.033
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	(16.483)	(859)	6.499	21.698
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>22.003</b>	<b>126.611</b>	<b>34.372</b>	<b>129.314</b>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

### Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	6,44% a.a (PS) e 6,36% a.a (BD).
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,12% a.a. (com efeito da inflação)
Reajuste do benefício	Somente inflação.
Crescimento salarial	0% a.a. (PS) e 0,5% a.a. acima da inflação (BD)
Inflação projetada	6% a.a.

### Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	IAPC

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa PB aos seus empregados:

	PS	BD
<b>Participantes Ativos</b>		
Número	239	47
Idade Média	49,39	49,40
Tempo de participação (anos)	20,04	25,21
Salário de Participação Médio	R\$0,788	R\$2,494
<b>Participantes Assistidos</b>		
Número	18	461
Idade Média	55,72	69,47
Benefício Médio Mensal	R\$0,710	R\$1,726
<b>Pensionistas</b>		
Número de Pensionistas	3	225
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,283	R\$0,793

#### b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia participa com 100% da mensalidade do plano privado de assistência à saúde de seus empregados, através da Funasa Saúde, cabendo aos empregados co-participação de 10% sobre os procedimentos realizados. Além disso, o recém admitido paga uma taxa de R\$10,82 durante 60 meses. A Funasa Saúde é uma associação de natureza assistencial, de fins não econômicos e prazo de duração indeterminado, que atua na forma da legislação específica como operadora de planos privados de assistência à saúde na modalidade de autogestão, e caracteriza-se por oferecer planos de saúde a um grupo fechado de pessoas, em decorrência de vínculo empregatício ou associativo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2013 as despesas com o plano de saúde foram de R\$2.666 (R\$2.213 em 2012).

### 30. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
2014 a 2046	454.118	418.568	440.967	429.585	442.755	7.176.891

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2013, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.



### 31. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

---

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

### 32. Meio ambiente

---

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado e apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.
3. Nas construções das linhas de transmissão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaboradas em estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais.
4. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores e da comunidade para utilizar os recursos naturais de forma racionais e sustentáveis e otimização da qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
5. Operacionalização do Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança: prevê a implementação de uma ferramenta compatível com as normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinentes, capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos sócio ambientais, saúde e segurança.
6. Como forma de garantir um efetivo controle da gestão ambiental, foi criado o Comitê Interno de Gestão do Meio Ambiente, que entre outras atividades, tem como objetivo a avaliação e prescrição de procedimentos proativos, que eliminem ou reduzam os riscos, garantindo uma operação segura e sem impactos negativos ao meio ambiente.
7. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
8. A empresa com base na Instrução de Controle Ambiental ICA -09, ICA 11 e ICA 12, realiza a descontaminação de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio.
9. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste

material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como a disponibilização de papa-lâmpada e papa-pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinamos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas.

10. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R`s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
11. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas pratica adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida.
12. Atuação junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
13. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder.
14. Conta Cidadã: consiste na troca de lixo reciclável (agora denominados de resíduos) por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem.
15. Programa de manutenção preventiva e corretiva, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica.
16. Na Operação das Subestações realizamos a elaboração de Laudo de Ruído de Fundo, como também Laudo de Conformidade Eletromagnética.

No exercício de 2013, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$4.246 (R\$3.321 em 2012), sendo R\$4.169 (R\$3.149 em 2012) alocados no ativo intangível e R\$77 (R\$172 em 2012) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

### 33. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2013	2012
<b>Atividades operacionais</b>		
Contas a receber da concessão	73.897	100.448
Atualização contas a receber da concessão - VNR	5.447	15.770
Fornecedores	9.277	12.118
<b>Atividades de investimentos</b>		
Imobilizado e intangível	8.197	43.067
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos	15.462	10.984
Capitalização de reservas	39.289	22.943

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
João Pessoa - PB**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases***Reapresentação dos valores correspondentes em 31 de dezembro de 2012*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, em decorrência da mudança de política contábil prevista CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados, os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado (informação suplementar), para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

*Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE*

Sem modificar nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 23, referente ao registro feito pelas controladas, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

**Outros assuntos***Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

*Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 que incluem o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, sem nenhuma modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3.3, que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012.

Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2011 e/ou sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião, nem nenhuma forma de asseguarção sobre as referidas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

*Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:*

- ✓ **Maurício Perez Botelho**  
Diretor de Relações com Investidores  
E-mail: [mbotelho@energisa.com.br](mailto:mbotelho@energisa.com.br)
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**  
Diretor de Finanças Corporativas  
E-mail: [claudiobrandao@energisa.com.br](mailto:claudiobrandao@energisa.com.br)
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**  
Gerente de Relações com Investidores  
E-mail: [caurelio@energisa.com.br](mailto:caurelio@energisa.com.br)
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**  
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902  
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**  
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000  
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)**  
E-mail: [stockinfo@energisa.com.br](mailto:stockinfo@energisa.com.br)